

# A MADRUGADA

O MFA conseguira derrubar o regime, mas sabia que não podia quebrar os códigos da hierarquia militar. Primeiro, convidou Spinola e Costa Gomes, certo de que os seus nomes garantiriam novas adesões ao levantamento. Seguiram-se-lhes outros cinco oficiais. Em conjunto, formavam a Junta de Salvação Nacional — o órgão a quem os capitães de Abril entregaram o governo provisório da nação. Formalmente apenas. Na prática, iniciava-se na noite de 25 de Abril um braço-de-ferro cujo primeiro desfecho só seria conhecido meses depois. Uma viagem às primeiras horas da Junta, pela mão de alguns dos seus membros e formadores.

TEXTOS: CLARA VIANA  
FOTOGRAFIAS: LUÍS RAMOS



Leitura da proclamação ao país, pela Junta de Salvação Nacional, a 27 de Abril da 1974. Da esquerda para a direita: Rosa Coutinho, Pinheiro de Azevedo, Costa Gomes, Spinola, Silvério Marques e Galvão de Melo. Diogo Neto, ausente em Moçambique, só chegaria a Lisboa no dia seguinte

FOTO: FOTOTECA

# DOS GENERAIS



**T**inha chegado ao fim um dos dias mais longos da história recente de Portugal. Operações militares na madrugada de 26 de Abril de 1974 ainda as havia, embora já não sobrassem dúvidas sobre a vitória do levantamento levado a cabo na véspera pelo Movimento das Forças Armadas (MFA). O Governo rendera-se; Marcelo Caetano e Américo Thomaz encontravam-se detidos; as forças do regime tinham desistido, praticamente sem oferecerem resistência.

Por essa altura, o último ministro da Defesa Nacional, Silva Cunha, talvez recordasse com estupor o conselho que 24 horas antes lhe fora dado pelo director da PIDE-DGS, Silva Pais. "Pode dormir descansado, sr. ministro", tinha-lhe ele dito, precisamente por altura das primeiras operações desencadeadas pelo MFA.

Entrara-se de novo na madrugada e os portugueses, que maioritariamente haviam seguido os acontecimentos do 25 de Abril pela rádio, preparavam-se para conhecer, via TV, o "rosto" do novo poder saído do levantamento militar. Filho Gouveia tinha já anunciado que o general António de Spínola iria ler uma comunicação ao país, mas, entretanto, o silêncio prolongava-se. Ao todo, 23 minutos de anomalia técnica, até que, nos ecrãs, ainda a preto e branco, surgiu o primeiro plano de conjunto da Junta de Salvação Nacional (JSN), o órgão a quem o MFA entregara o governo provisório da nação.

Ali estavam os primeiros rostos do poder pós-marcelista, pouco antes heróis militares do regime em queda, os generais António de Spínola e Francisco Costa Gomes, destituídos em Março dos cargos de vice-Chefe e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas por se terem recusado a integrar a "brigada do reumático" — designação com que ficou conhecido o grupo de oficiais que, nesse mês, ocorreu a S. Bento para prestar vassalagem a Marcelo Caetano. Aparentemente, eram eles os homens fortes do novo regime.

A seu lado, encontravam-se o brigadeiro do Exército Jaime Silvério Marques, que fora detido nesse mesmo dia e logo a seguir libertado para integrar a Junta; o coronel da Força Aérea na reserva Carlos Galvão de Melo; o capitão-de-mar-e-guerra José Pinheiro de Azevedo e o capitão de fragata António Alva-Rosa Coutinho, da Marinha — todos eles promovi-



FOTOS: ALFREDO CUNHA

dos a generais e almirantes por força da sua participação na Junta de Salvação Nacional. Incompleto este primeiro plano de conjunto, já que havia um sétimo elemento, o general Diogo Neto, ainda em Moçambique e que, à data, desconhecia em absoluto o que por cá se estava a passar. Sete oficiais generais, portanto, em representação dos três ramos das Forças Armadas, com idades oscilando entre os 48 anos de Rosa Coutinho e os 64 de Spínola.

Passaram 20 anos e a história do que se passou nessas primeiras horas de existência da Junta de Salvação Nacional continua a ser feita de versões contraditórias, que as rupturas posteriores vieram carregar de ressentimentos.

Memórias cruzadas que o PÚBLICO foi ressuscitar em conversas com quatro dos sete militares que inicialmente integraram aquele

órgão. Dos sobreviventes — o almirante Pinheiro de Azevedo e o general Silvério Marques faleceram entretanto —, apenas o marechal António de Spínola, alegando razões de saúde, se esquivou a este exercício, remetendo para os livros em que testemunhou o sucedido. Para completar o registo, foi também ouvido um dos homens que os escolheu e passou pela primeira reunião da Junta, o agora contra-almirante Vítor Crespo, que então era capitão e membro da Comissão Coordenadora do MFA.

**E**ra 1h24 da madrugada de 26 de Abril quando os seis oficiais generais se apresentaram ao país. Alguns deles mal se conheciam, outros tinham-se encontrado pela primeira vez horas antes, na altura em que en-



O marechal António de Spínola em 1991 (esq.) e em 1974, então Presidente da República, com Mário Soares, à data ministro dos Negócios Estrangeiros

traram no Regimento de Engenharia 1 da Pontinha — onde se instalara o posto de comando do MFA — para a primeira reunião da Junta. À semelhança da maioria dos portugueses, também a maior parte deles se havia limitado a seguir os acontecimentos da véspera pela rádio.

Ao que parece, presenças indiscutíveis na Junta só tinham mesmo sido, até às vésperas do 25 de Abril, as dos generais Spínola e Costa Gomes. Ambos haviam defendido os capitães quando tudo começou, em 1973, na sequência de um decreto que dava aos milicianos a possibilidade de ingressarem no quadro permanente e ultrapassarem, em escalas de antiguidade, os oficiais de carreira. Ambos tinham uma posição crítica face à política ultramarina seguida pelo Governo e um deles —

Spínola — não hesitara, dois meses antes, em torná-la pública no que constituiu uma verdadeira pedrada no charco: o seu livro “Portugal e o Futuro”. Ambos, enfim, estavam no topo da hierarquia militar. Eram os chefes “naturais” das novas Forças Armadas, confirmados pelo MFA numa reunião realizada a 5 de Março em Cascais.

Spínola mantivera um contacto activo com o movimento dos capitães. Costa Gomes colocara-se voluntariamente numa posição de “outsider”. Porque, segundo nos diz, considerava incompatível a sua posição oficial com o tomar parte activa numa conspiração e porque “sempre se opôs a revoluções”, um sentimento que lhe vinha de “ter conhecido de perto” a guerra civil de Espanha.

“Não intervim em nada para a realização

do 25 de Abril, embora soubesse que havia uma certa conspiração. A única coisa que fiz foi não denunciar as pessoas envolvidas, entre as quais o general Spínola, que se reunia no seu gabinete de vice-Chefe do Estado Maior com vários oficiais amigos, que tinham já vindo da Guiné, a preparar uma mudança de Governo”, afirma Costa Gomes.

Sabia, contudo, que o seu nome era insistentemente falado nas reuniões do movimento dos capitães, embora diga que não tinha um conhecimento “oficial” desses encontros. “Da reunião de Cascais, por exemplo, soube através de um civil. Por essa altura, tinha uma sobrinha que morava no Linhó, a quem visitava de vez em quando. Numa dessas visitas, estava lá um senhor que me veio dizer: ‘Então, sr. general, sabe que houve ontem >>

>> uma grande reunião em Cascais?" Respondi-lhe que não sabia e ele acrescentou: "Pois houve uma grande reunião e até se indicou o seu nome para presidir à Junta de Salvação Nacional."

Diz que nunca chegou a receber um convite formal para integrar a Junta de Salvação Nacional. "No dia 25, foram-me chamar para eu fazer parte da Junta e eu fui." Chegou à Pontinha cerca das 22 horas. O dia passara-o com a mulher em tratamentos no Hospital Militar da Estrela, mas soubera na véspera que o MFA ia avançar. "Aí por volta das 23h30, a mulher do meu ajudante foi-me pedir para estar atento à rádio, porque se ia passar algo."

"O meu primeiro contacto com o movimento — ou, mais precisamente, com uma das suas facções — ocorreu em meados de Dezembro de 1973", relata o marechal Spínola no livro "País Sem Rumo", publicado em 1978. Esses contactos tornar-se-iam mais regulares após a sua destituição do cargo de vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em Março. O MFA nomeou um agente de ligação e, aparentemente, Spínola manteve-se ao corrente dos preparativos do dia 25.

Diz que tentou por várias vezes levar Costa Gomes a uma posição mais activa, a última das quais a 14 de Abril. "Procurei o general Costa Gomes na sua casa de Cascais, o qual, com surpresa minha, reagiu mal à ideia do levantamento militar, que, em seu entender, deveria ser desencadeado no Ultramar e não na Metrópole, onde corria o risco de redundar num 'banho de sangue'." Quanto ao "dia D", conta: "Tomei conhecimento do dia e hora do desencadeamento da acção na noite de 24 de Abril (...) Cerca das 4 horas, bateu à porta o comandante do Pelotão de Caçadores 5 encarregado da segurança da minha residência."

Ao início da tarde, Spínola recebeu o primeiro apelo; seguiram-se outros dois, de Marcelo Caetano para "tomar o comando da situação" de modo a evitar que o "poder caísse na rua". Mais tarde, recebeu um telefonema do Comando do MFA, pedindo-lhe "para ir ao Quartel do Carmo aceitar a rendição" de Marcelo Caetano e conduzi-lo, assim como aos outros ministros, para a Pontinha. Spínola chegou ao Carmo às 17h40 e, cerca das 20 horas, estava no "Quartel-General" do MFA. Afirma que contactara, entretanto, "com o general Costa Gomes,

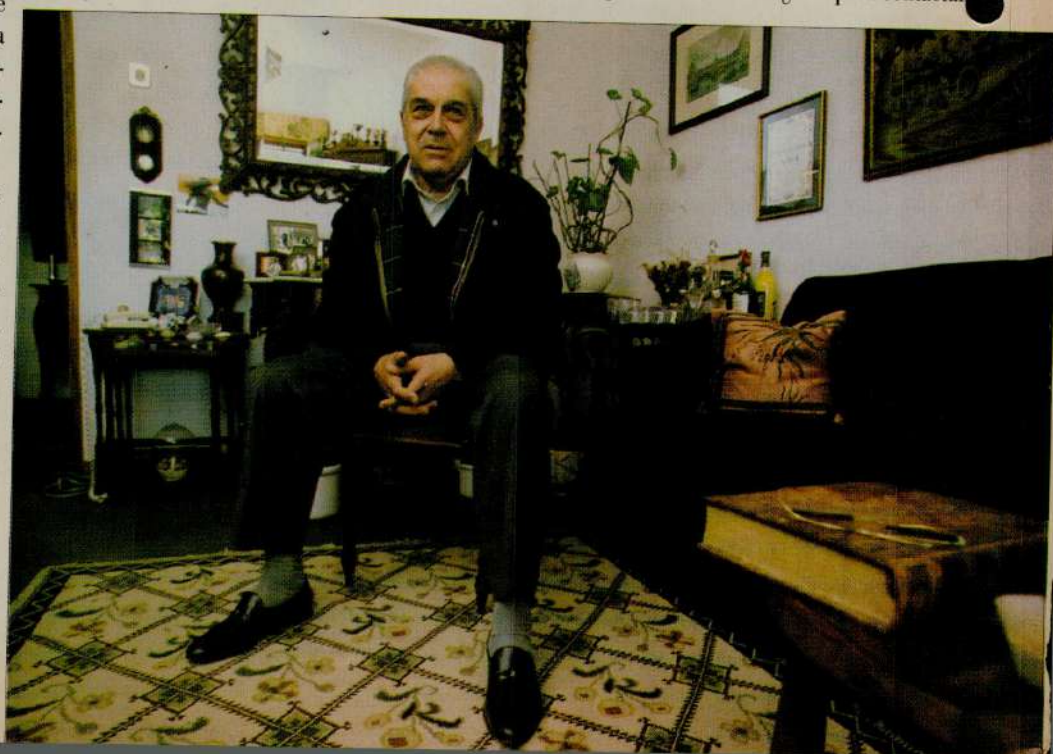


informando-o de que o Governo se havia rendido e de que [ele, Spínola] seguiria para o Quartel da Pontinha, onde o esperava."

Quanto aos outros elementos da Junta, dois foram indicados por Spínola: o brigadeiro Silvério Marques, do Exército, e o general Diogo Neto, da Força Aérea. Vítor Crespo encarregou-se dos contactos na Marinha e Costa Martins, também da Comissão Coordenadora, terá escolhido o elemento da Força Aérea que faltava. Pretendiam-se oficiais de alta patente, que representassem os três ramos das Forças Armadas e, aparentemente, pouco mais se exigia do que a garantia de que os contactados não denunciassessem o movimento.

"Fui convidado pelo Vítor Crespo no dia 22 de Abril, mas só mais tarde soube que, antes de chegarem a mim, tinham contactado pelo menos outros quatro, de patentes mais elevadas", conta Rosa Coutinho. Crespo confirma: "Contactei outras pessoas que sabia que eram da oposição ao regime."

Sobre Pinheiro de Azevedo, aparentemente, não havia dúvidas: "Era claramente um homem da oposição e, além do mais, comandava na altura os Fuzileiros, o que também teve importância na escolha." Faltava um segundo elemento e Crespo avançou com o convite a Rosa Coutinho: "Chegámos a uma situação de impasse, sem mais ninguém para contactar."





Vinte anos depois: Rosa Coutinho na Coteco e Costa Gomes, Diogo Neto e Galvão de Melo nas respectivas casas

Eu conhecia o Rosa Coutinho, sabia que não era afecto ao regime, mas convidei-o mais pela sua capacidade de organização e de acção do que por razões políticas.”

Rosa Coutinho comandava então uma fragata que se encontrava em reparações no Alfeite e que deveria integrar a esquadra permanente da NATO, estacionada por essa altura ao largo de Lisboa. Na noite de 24 para 25 de Abril, estava de quarto de comando no quartel da NATO, em Oeiras (o Comiberlant), e diz que fora avisado nesse mesmo dia do desencadear da operação. Ligou a rádio e quando, às 22h55, ouviu Paulo de Carvalho a cantar “E Depois do Adeus”, soube que as opera-

ções tinham começado. “Quando saí de Oeiras, às 8 horas da manhã, fui para casa dormir uma soneca e depois fiquei à espera, ouvindo o que se passava pela rádio. Até que o Vítor Crespo me telefonou a avisar de que às 22 horas haveria uma reunião da Junta de Salvação Nacional, na Pontinha.”

Galvão de Melo estava, na altura, a trabalhar na Petrofina, uma companhia petrolífera belga. Era coronel da Força Aérea e encontrava-se na reserva desde 1966, a seu pedido. Recorda que tomou esta posição por discordar da política ultramarina do Governo e, em consequência, se ter recusado a ser oficial general.

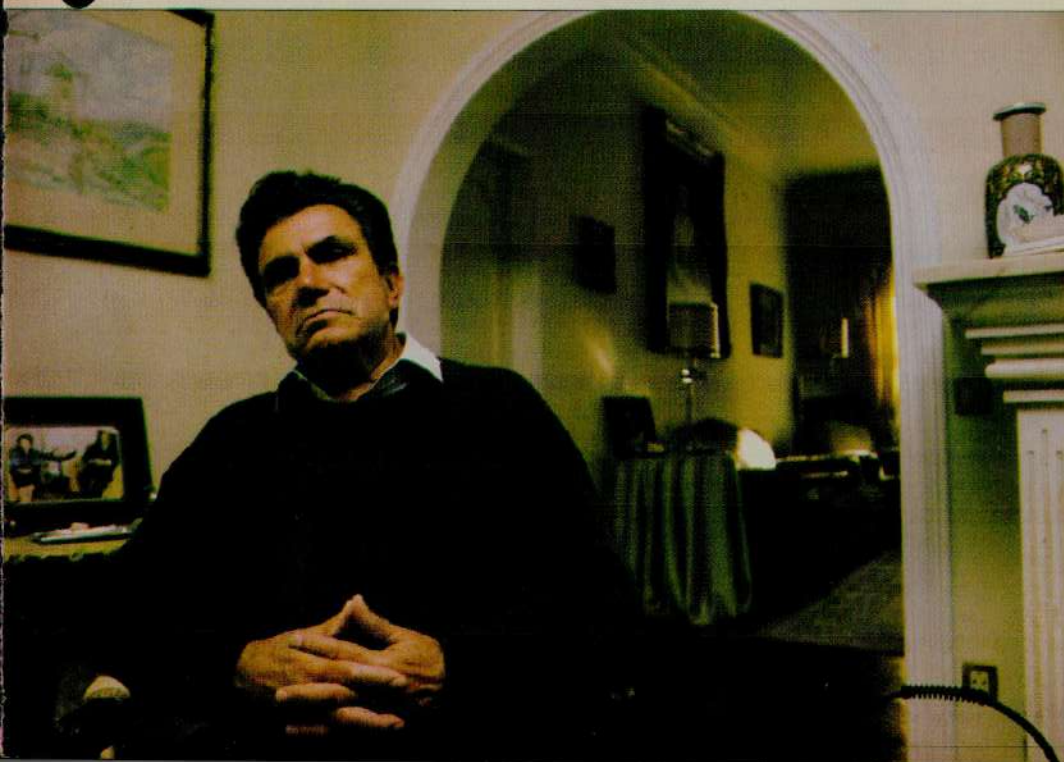
O convite para integrar a Junta aparentemente não o surpreendeu. “Fui contactado com bastante antecedência pelo capitão Costa Martins, que tinha sido meu subalterno. Ele foi sempre de uma lealdade impecável comigo e quando, um dia, lhe perguntaram porque é que procedia assim, disse: ‘Foi o único comandante que tive que me tratou como pessoa humana.’” Galvão de Melo diz que aceitou imediatamente o convite. Que estava a par das senhas e que acompanhou o desenrolar das operações pela rádio. Depois, à noite, foram-no buscar e seguiu para a Pontinha.

O general Diogo Neto, o outro representante da Força Aérea, estava na altura em Nampula (Moçambique), onde comandava a terceira região aérea. Sabia da existência do MFA, mas foi apanhado de surpresa pelo levantamento militar: “Só tive conhecimento de que fazia parte da Junta às 7 horas da manhã do dia

26 de Abril. Estava na messe a beber um café e a ouvir as notícias da rádio quando falaram numa Junta de Salvação Nacional. Lembro-me que estive vai não vai para fazer um comentário quanto a essa designação, mas fiquei à espera de saber os nomes que a integravam. O último a sair foi o meu nome. Nessa altura, pensei que a minha vida tinha sido alterada completamente. Ninguém tinha contactado comigo, não sabia o que é que se passava.”

Diogo Neto chegou a Lisboa na manhã do dia 28, sem saber ainda exactamente o que se passara. Galvão de Melo, que o esperava no aeroporto, fez-lhe um resumo da situação antes de aquele se dirigir à Cova da Moura [sede do antigo Ministério da Defesa Nacional]. Recorda Neto: “O general Spínola foi uma das primeiras pessoas que lá encontrei. Lembro-me de que, naquele seu gesto peculiar, tirou o monóculo, limpou-o, esboçou um sorriso, deu-me um grande abraço e disse-me: ‘Ainda bem que você veio. Isto é uma confusão e ninguém se entende’.”

“Quando o Neto chegou ao aeroporto, vinha danado. Perguntou porque é que não o tinham avisado e eu disse-lhe que, se o tivéssemos feito, ele não aceitaria. Tinha grandes qualidades militares, mas esteve sempre afastado da política”, recorda Galvão de Melo. Diogo Neto é, aliás, o primeiro a afirmá-lo: “Não estava empenhado politicamente nem para um lado, nem para outro. Preocupava-me só com a parte militar.” >>



>>> “Foi a revolução possível”, comenta Crespo. “Sabíamos que a existência de Junta iria prejudicar o projecto, que iria trazer um série de contradições. Mas isso foi assumido como um pressuposto necessário. Se nós, a certa altura, tivéssemos assumido que ‘quem as faz é quem as comanda’, haveria imensas pessoas que diriam ‘assim não’. Eram necessárias referências institucionais, para que não se pensasse que aquilo era uma quitotada de uns jovens capitães.”

De algum modo, aqueles oficiais gerais estavam unidos pelo receio de virem a ser, de novo, responsabilizados por uma derrota de que não se sentiam responsáveis. Como acontecera, anos antes, na Índia.

“Estávamos à beira de uma derrota militar tanto na Guiné como em Moçambique e é claro que, a registar-se, se generalizaria de imediato ao teatro de operações que, na altura, estava mais ou menos sossegado, que era o de Angola”, afirma Costa Gomes.

E acrescenta: “As forças que possuíamos eram cada vez mais fracas. A partir de 1968, os contingentes que se formavam na Metrópole começaram a ser insuficientes para substituírem as forças que estavam no Ultramar.” Havia ainda que contar com um clima e condições naturais adversas. E, tal como o “chefe” de “Apocalypse Now”, os militares portugueses temiam o contacto com a selva: “Tinham medo dos bichos, dos leões, de tudo. Estavam convencidos de que, mal saíssem do navio, começavam logo a encontrar esses elementos.”

Para Costa Gomes, só existia uma solução para o conflito — e essa era política. Defendia-o, aliás, em 1961, pouco antes do início da guerra. Quando se deu o 25 de Abril, não tinha dúvidas de que a independência era a única solução. Diz que Portugal perdera a oportunidade de avançar para uma federação quando as autonomias estavam na ordem do dia, logo após o final da Segunda Guerra Mundial. Ou mesmo depois, antes do início da guerra colonial: “Tinham passado 13 anos e os movimentos já não se contentavam com a autonomia.”

“O problema grave era realmente a Guiné”, afirma Diogo Neto, acrescentando: “Depois do aparecimento dos mísseis Strela [SAM-7], tínhamos perdido a supremacia aérea e a situação nos quartéis piorou. Spínola previa um colapso militar à semelhança do que se passara na Índia.” Neto fora chamado para o substituir enquanto governador e co-

mandante em chefe da Guiné. Encarava com desagrado o primeiro cargo por ser um lugar político, mas a situação que se vivia naquela colónia contribuiu para as suas reticências. “Nenhum militar queria estar na posição de ter de entregar a Guiné. E seria muito feio ser um oficial da Força Aérea a fazê-lo.”

Neto acabou por permanecer em Moçambique, onde chegara dois anos antes. Diz que, em 1974, a situação naquela colónia “não era tão grave como se fazia crer”. Acrescenta que “a guerrilha se confinava ao Norte” e que souberam depois que “a própria Frelimo tinha chegado a uma situação em que estava disposta a desistir da luta armada”. Mas o prolongar da guerra havia demonstrado que, “se a guerrilha não podia de modo nenhum obter uma vitória militar decisiva, também as forças do Governo não o conseguiam”: “Percebia que a guerra não podia continuar assim.”

“A situação só era crítica, com maiúscula, na Guiné. Aproximávamo-nos de um possível colapso militar, que seria vergonhoso para as Forças Armadas portuguesas. Começou a jogar aí a síndrome da Índia, quando os militares foram responsabilizados pelos políticos. E depois o sistema colonial português era como um castelo de cartas. Se a Guiné caísse, caía tudo”, diz Rosa Coutinho.

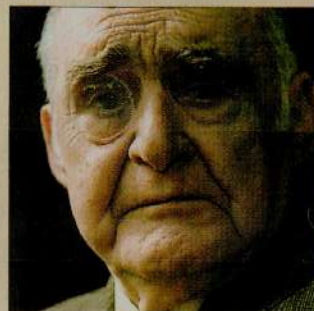
“Por cada rebelde, o lado da defesa tem de mobilizar alguns mil homens. Não há economia que aguento”, afirma, por seu lado, Galvão de Melo, para acrescentar: “E depois não estávamos em guerra contra este ou aquele grupo. Estávamos em guerra contra o mundo inteiro, contra uma modalidade, uma evolução do mundo. Claro que tínhamos de perder. Quanto mais tempo demorássemos, mais perderíamos.”

Trze anos de guerra, a acumulação das comissões de serviço e a consciência da impossibilidade de uma vitória militar haviam transformado o que fora primeiro um movimento corporativo num levantamento triunfante contra o Estado Novo.

Na sua curta proclamação ao país, que começou a ler à 1h25 da madrugada de 26 de Abril, Spínola prometia, em nome da Junta, instaurar as liberdades públicas, devolver o poder a instituições livremente escolhidas e, em primeiro lugar, “garantir a sobrevivência” de Portugal no “seu todo pluricontinental”.

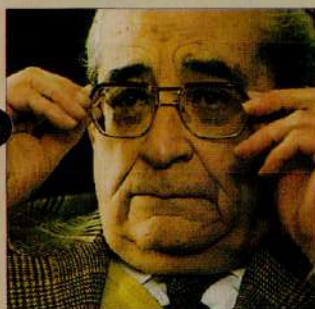
Um observador atento talvez tivesse detectado, desde logo, a linha de fractura que, poucos meses depois, em Setem- >>>

## OS HOMENS DA JUNTA



*António Sebastião Ribeiro de Spínola: Nasceu no concelho de Estremoz em 1910. Em 1932, iniciou a sua carreira de oficial do Exército no Regimento Cavalaria 7. Em 1944, participou no cerco a Estalim-negro enquanto observador do Exército português junto das forças nazis. Foi colocado em Angola entre Novembro de 1961 e Março de 1964, e, em Maio de 1968, o então brigadeiro Spínola (seria promovido a general um ano depois) era designado para os cargos de governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné — funções que cessaria em 1973 por discordâncias com o Governo central. Em Janeiro de 1974, foi empossado vice-chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, cargo de que foi exonerado em Março de 1974. A 25 de Abril, coube-lhe a missão de aceitar a rendição do Governo, tendo nesse mesmo dia sido nomeado presidente da Junta de Salvação Nacional. No dia 15 de Maio, foi empossado Presidente da República, cargo a que renunciou em 30 de Setembro. Tomou parte activa nos acontecimentos de 11 de Março de 1975, na sequência dos quais seria destituído do Exército. Partiu para o exílio*

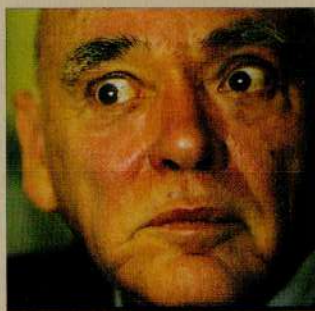
no Brasil e, em Julho desse ano, fundou o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), partido que dissolveu poucos dias após o 25 de Novembro de 1975. Regressou a Portugal em Agosto de 1976, permaneceu dois dias na prisão de Caxias, reintegrou o Exército em Fevereiro de 1978 e passou à reforma em Abril de 1980. Um ano depois, em Dezembro de 1981, foi promovido a marechal e, em Fevereiro de 1987, foi nomeado, por Mário Soares, chanceler das Antigas Ordens Militares.



**Francisco da Costa Gomes:** Nasceu em Chaves a 30 de Junho de 1914. Iniciou a sua carreira militar em 1931 e, em 1944, licenciou-se em Ciências Matemáticas. Em 1958, foi nomeado subsecretário de Estado do Exército, cargo de que foi exonerado devido às suas divergências com a política colonial. Como brigadeiro e general, exerceu os cargos de 2º comandante e comandante da Região militar de Moçambique, entre 1965 e 1969. Entre 1970 e 1972, foi comandante-chefe das Forças Armadas de Angola e, em Outubro desse ano, seria nomeado chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, cargo de que foi exonerado a 14 de Março de 1974. Retomou estas funções após o 25 de Abril de 1974, enquanto membro da Junta de Salvação Nacional e, em Setembro de 1974, ascendeu ao cargo de Presidente da República, onde permaneceu até 13 de Julho de 1976. Attingiu o marechalato em 1981. Está ligado ao Conselho Mundial da Paz e continua a ser membro activo da organização Generais pela Paz.



**Jaime Silvério Marques:** Nasceu na Nazaré a 16 de Fevereiro de 1915. Mobilizado para a Índia, manteve-se ali até 1957. Foi depois para Paris, onde tirou o curso do Colégio de Defesa da NATO, e daí para Macau. Regressou a Lisboa em 1962 e, em 1967, seria nomeado comandante da Zona de Intervenção Centro, em Angola, onde esteve até 1969. Regressado a Lisboa, ocupou o cargo de director dos Serviços de Transporte do Exército, onde se encontrava a 25 de Abril de 1974. Foi nomeado membro da Junta de Salvação Nacional, mas abandonou este órgão após os acontecimentos do 28 de Setembro e a abdicação do general Spínola. Passou à reserva, a seu pedido, a 1 de Outubro de 1974. Faleceu a 13 de Janeiro de 1986.

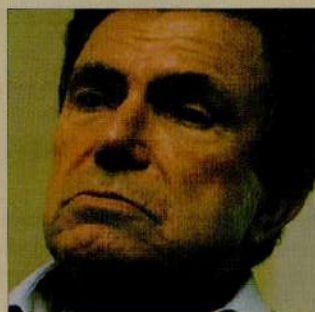


**António Alva-Rosa Coutinho:** Nasceu em Lisboa a 14 de Fevereiro de 1926. Frequentou a Escola Naval e o IST, onde se diplomou como engenheiro-geógrafo. Em 1959, foi nomeado para uma missão hidrográfica em Angola, onde esteve dois anos. Em 1961, foi aprisionado pela União dos Povos de Angola (UPA) e levado para o Zaire, tendo sido libertado no âmbito de uma troca de prisioneiros. Entre 1964 e 1972, dirigiu os serviços de dragagem de Moçambique. Deixou estas funções para assumir o comando da fraga-

ta Almirante Pereira da Silva, que manteve até ao 25 de Abril de 1974. Designado membro da Junta de Salvação Nacional, seria promovido a almirante. Entre Julho e Dezembro de 1974, foi presidente da Junta Governativa de Angola. Passou à reserva em 1982 e encontra-se na reforma desde 1992. É gerente da Coteco, uma empresa de cooperação com os PALOP, que ajudou a fundar em 1979.

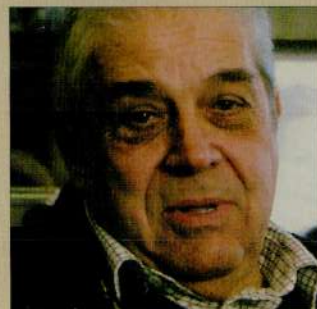


**José Baptista Pinheiro de Azevedo:** Nasceu em Luanda a 5 de Junho de 1917. Ingressou na Escola Naval em 1934. De Janeiro de 1946 a Março de 1967, comandou três vasos de guerra. Entre Fevereiro de 1968 e Agosto de 1971, foi adido naval na embaixada portuguesa em Londres. Em Agosto de 1972, seria nomeado comandante da Força de Fuzileiros Navais. Membro da Junta de Salvação Nacional, seria promovido a almirante e escolhido para chefe do Estado-Maior da Armada, de que foi exonerado em Janeiro de 1976. A 29 de Agosto de 1975, é designado primeiro-ministro do VI Governo provisório. Candidatou-se às eleições presidenciais de 1976 e, um ano depois, presidia ao Partido da Democracia Cristã, onde se manteve até 1977. Faleceu a 10 de Agosto de 1983.



**Carlos Galvão de Melo:** Nasceu na Figueira da Foz a 4 de Agosto

de 1921. Terminou a Academia Militar em 1943. Ofereceu-se como voluntário para Angola, logo no início da guerra, em 1961, e ali permaneceu dois anos, tendo participado em numerosos missões como pára-quedista e também numa companhia de infantaria. Em 1966, sendo então coronel e director do Instituto de Altos Estudos Militares, pediu para passar à reserva. Após o 25 de Abril, foi promovido a general. Nomeado membro da Junta de Salvação Nacional, abandonaria este órgão na sequência do 28 de Setembro e, a seu pedido, passou à reserva. Na reforma desde 1991, não exerce outras actividades profissionais. É dirigente da Associação de Amizade Portugal-Indonésia.



**Diogo Mendes Neto:** Nasceu a 16 de Janeiro de 1924, em Lisboa. Entre 1960 e 1963, foi comandante do grupo 901 da Base Aérea 9, em Luanda, e, no último ano, chefe do Estado-Maior da 2ª Região Aérea. Em Setembro de 1968, foi destacado para a Guiné, onde permaneceu até 1970, tendo exercido os cargos de comandante da zona aérea de Cabo-Verde e Guiné e comandante da Base Aérea 12. Entre 1972 e Abril de 1974, esteve em Moçambique como comandante da 3ª Região Aérea. General, foi nomeado membro da Junta de Salvação Nacional e chefe de Estado-Maior da Força Aérea. Abandonou a Junta após os acontecimentos de 28 de Setembro de 1974, tendo então passado à reserva, a seu pedido. Na reforma desde 1989, não exerce outras actividades profissionais. ●



FOTO: FOTOTECA

## QUANDO SPÍNOLA FALOU AO PAÍS



**P**roclamação lida ao país na madrugada de 26 de Abril de 1974 pelo general António de Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional:

*“Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiada pelas Forças Armadas, após o triunfo do Movimento em boa hora levado a cabo pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do Povo Português, a Junta de Salvação Nacional, a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o País para a definição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de:*

*— Garantir a sobrevivência da Nação Soberana no seu todo pluri-continental;*

*— Promover, desde já, a consciencialização dos portugueses, permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião, em ordem a acelerar a constituição das associações cívicas que não-de polarizar tendências e facilitar a livre eleição, por sufrágio directo, de uma Assem-*

*bleia Nacional Constituinte e a sequente eleição do Presidente da República;*

*— Garantir a liberdade de expressão e de pensamento;*

*— Abster-se de qualquer atitude política que possa condicionar a liberdade da eleição e a tarefa da futura Assembleia Constituinte e evitar por todos os meios que outras forças possam interferir no processo que se deseja eminentemente nacional;*

*— Pautar a sua acção pelas normas elementares da moral e da justiça, assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais estatuídos em declarações universais e fazer respeitar a paz cívica, limitando o exercício da autoridade à garantia da liberdade dos cidadãos;*

*— Respeitar os compromissos internacionais decorrentes dos tratados celebrados;*

*— Dinamizar as suas tarefas em ordem a que no mais curto prazo o país venha a governar-se por instituições de sua livre escolha;*

*— Devolver o poder às instituições constitucionais logo que o Presidente da República eleito entre no exercício das suas funções.” ●*

>>> bro, iria irremediavelmente pôr termo à aparente unanimidade daquela primeira noite. Aparente apenas, porque já então a solução da questão colonial dividia os militares que haviam derrubado o regime. Na Pontinha, esta contribuía para que os ânimos se exaltassem, embora nem todos os que ali estiveram coincidam em afirmá-lo.

Sabe-se que a primeira reunião da Junta teve início por volta das 22 horas; que, pouco depois da meia-noite, foi suspensa para que os seus elementos se deslocassem aos estúdios da Televisão no Lumiar e que, regressados à Pontinha, estes se mantiveram reunidos até perto das 8 horas da manhã do dia 26. Quanto ao que ali foi debatido, não existem relatos extensivos suficientemente pormenorizados — apenas memórias divergentes.

“Discutimos pormenores. Ninguém, na Junta, levantou grandes problemas ao programa do MFA”, afirma o marechal Costa Gomes, que se sabe ser o autor de algumas alterações ao documento inicialmente redigido por Melo Antunes (nomeadamente no que respeita à extinção da PIDE-DGS).

Costa Gomes confirma. Diz que deu o seu aval a que esta fosse desmantelada na Metrópole, mas opôs-se a que o mesmo se passasse no Ultramar enquanto existisse uma situação de guerra. “A DGS constituía o único elemento válido de informações que as forças militares possuíam. Fui apologista de que, no Ultramar, esta deixasse de ter uma actividade política, mas que continuasse activa na esfera militar. E isso foi considerado no programa do MFA.”

Segundo Costa Gomes, esta alteração foi sugerida cerca de uma semana antes do 25 de Abril, ou seja, quando diz ter tomado conhecimento do programa. Acrescenta que o documento apresentado na reunião do 25 de Abril já contemplava as alterações por si propostas, bem como as que haviam sido feitas por Spínola — como a supressão da cláusula em que se reconhecia o direito das colónias à autodeterminação.

Vitor Crespo afirma que o direito à autodeterminação nunca chegou a estar claramente consagrado no programa inicial, embora esta fosse a solução defendida por quem o escreveu: “O MFA era um movimento muito amplo, que congregava pessoas com diferentes ideias, e, nessa fase, não chegara a altura ainda de se concretizar que a solução passava apenas pela via da autodeterminação e da independência.”

No documento tornado público, o MFA limitou-se, com efeito, a estipular o “reconhecimento de que a solução das guerras no Ultra-

nessa primeira noite mais parece ter incomodado os responsáveis do MFA terão sido as pretensões do general Spínola de dar letra a um outro documento: "Estávamos eufóricos com os resultados e depois veio o general Spínola dizer que agora era necessário um programa político e que ele se encarregaria disso. Como se nós fôssemos uns militarzinhos que não tinham noção do que estavam a fazer. Mas a revolução tinha sido feita com um propósito político e esse estava definido no programa do MFA. Foi então que lhes disse: "Os senhores aderem a nós ou aqueles tanques que ali estão fora continuam a revolução que não está acabada." E, nesse momento, ficou claro que quem detinha o poder era quem havia derrubado o regime."

Com ou sem tanques, o certo é que os responsáveis do MFA foram apanhados de surpresa por uma das decisões adoptadas naquela noite. Estava previsto que seria Costa Gomes a presidir à Junta e, por inerência de funções, segundo o estipulado no programa do MFA, a ocupar o cargo de Presidente da República. Para Spínola estava reservado o lugar de chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. Os papéis acabaram, contudo,

PEUGEOT 106  
MOCAR



reito à autodeterminação fosse retirada do "não fosse dissolvida no Ultramar enquanto estivessem forjas portuguesas".

Já o general Galvão de Melo diz não se recordar com precisão do que se passou naquela noite: "Sei que se discutiu o programa e que se limitaram algumas arestas, nomeadamente no que respecta à descolonização. Mas não me lembro bem o quê. Uma coisa era certa: todos estavam de acordo em parar com a guerra."

Por seu lado, Vítor Crespo confirma que o programa havia sido negociado com os generais Spínola e Costa Gomes, mas sublinha contudo, dividas de que a primeira reunião foi realizada em 25 de Abril, este estava já "completamente definido". "Faltava acertar questões concretas que não eram abordadas no programa e foi aí que se registaram enormes divergências, logo nessa reunião, entre a Junta e a Comissão Coordenadora, acrescida, em causa, segundo ele, estava sobretudo o futuro da administração política: "A Junta entendia que se devia conservar tudo e que bastava dar um abanão para que eles se assustassem; e que, caído o Governo e o Presidente da República, estaria mudado o regime. Nós entendíamos que não." Mas, sublinha, o que

mar é política e não militar", e a afirmar a necessidade de criar "condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino".

Spínola sustenta, no livro citado, que foi ele o autor das modificações que levaram à fórmula final em que o problema ultramarino aparece equacionado "no programa apresentado no dia 25 e divulgado publicamente a 26. Afirma que tomou conhecimento do documento duas semanas antes do 25 de Abril, que fez várias alterações e que apenas uma não foi contemplada — aquela em que defendia a constituição de um governo militar. Não tem, contudo, dúvidas de que a primeira reunião da Junta foi, em grande parte, consagrada a nova revisão do programa do MFA. E o mesmo se passa com Rosa Coutinho.

O primeiro diz que, nesse debate, participaram os elementos da Comissão Coordenadora do Movimento. E que, entre as alterações, então consagradas se destacam "a não extinção da DGS nos territórios ultramarinos em guerra (....)" e "a não extensão da amnistia política aos presos de delito comum". O segundo afirma que, nessa primeira reunião, "Spínola conseguiu que a parte relativa ao di-

>> por ser invertidos. E o responsável por essa reviravolta foi Costa Gomes.

Ele sabia que havia sido escolhido pelos capitães para presidir à Junta e ao país, mas, quando chegou à Pontinha, decidiu propor o nome do seu subordinado. "Enquanto permaneci no Ultramar, estive sempre afastado da política, enquanto o general Spínola manteve relações não só políticas, como até uma certa propaganda às suas acções na Guiné. Tinha conhecimentos políticos que eu achava que eram absolutamente necessários, porque os militares não estavam preparados para desempenhar funções políticas."

Há quem diga que o fez devido ao relativo protagonismo de Spínola no 25 de Abril e depois de ter verificado que este reunia um maior consenso entre os elementos da Junta. Outros afirmam que prescindiu do cargo de presidente por considerar que o controlo das Forças Armadas era, nessa altura, mais importante.

"Foi claramente uma surpresa. Estava tudo decidido antes da reunião e depois apareceu o general Spínola em vez do Costa Gomes. Decidiram isso numa altura em que não estávamos presentes e anunciaram-no à comunicação social antes mesmo de nos terem consul-

tado", conta Vítor Crespo. Formalmente, competia à JSN vigiar o cumprimento do programa do MFA e das leis constitucionais, e escolher, entre os seus elementos, não só o Presidente da República como os responsáveis máximos das Forças Armadas.

Nessa primeira noite, foram assim designados os chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas: Pinheiro de Azevedo (Marinha), Diogo Neto (Força Aérea) e Jaime Silvério Marques (Exército). A Galvão de Melo e a Rosa Coutinho — que, em Julho, seria nomeado presidente da Junta Governativa de Angola, cargo que ocupou até ao final do ano — não foram atribuídas funções militares específicas. "Tínhamos o pelouro político", comenta o primeiro. Na altura, entenderam-se na perfeição.

A ruptura aconteceria em Setembro. Por essa altura, já havia sido reconhecido na lei o direito à autodeterminação das colónias, com todas as suas consequências, inclusive a independência. Spínola fizera uma discurso em que justificava esta opção, mas aparentemente continuava fiel à sua ideia de federação. Para ele, os que lideravam o processo de descolonização eram "traidores à pátria". Na Junta, votavam a seu lado Diogo Neto, Galvão de Me-

lo e Silvério Marques. Os três abandonarão aquele órgão a seguir ao 28 de Setembro e ao discurso de abdicação de Spínola. Costa Gomes irá substituí-lo na Presidência, com o voto de Pinheiro de Azevedo e o sim telefónico de Rosa Coutinho.

Este ganharia, entretanto, o cognome de "almirante vermelho" devido à sua proximidade do PCP. Spínola e Costa Gomes incompatibilizam-se definitivamente em 1975, ano em que o primeiro fugirá para Espanha. Diogo Neto tinha razão ao pensar, quando soube da sua nomeação, que toda a sua vida iria mudar. General aos 50 anos, contava prosseguir uma carreira militar, que era já tida como brilhante. Acabou por pedir para passar à reserva em 1974 e não voltou mais ao activo.

Mais tarde ou mais cedo, o mesmo se passou com os outros elementos que integraram a primeira Junta de Salvação Nacional. Hoje, os sobreviventes estão na reforma e, à excepção dos dois marechais, falam-se quando por acaso se encontram. Galvão de Melo recorda-se ainda que foi Rosa Coutinho a propor-lhe o reatamento de relações. "Um dia encontrei-o e ele disse-me: 'Ó Galvão de Melo, fale-me lá. Eu gosto tanto de si...'"

USA JAN 94

ENTÃO, TODO BEM POR AÍ?  
NÃO IMAGINAS AS HISTÓRIAS INCRÍVEIS QUE ME TÊM  
ACONTECIDO. QUANDO COMPREI O MEU CARRO NOVO  
DISSERAM-ME NA PEUGEOT "COM O 106 KID VAIS  
LONGE..." E EU VIM. TROUXE O CARRO ATÉ  
AOS "STATES". DE N.Y. AO CESTE.  
MAS NÃO VAIS ACREDITAR NO QUE ME ACONTECEU  
QUANDO ESTAVA A TOMAR BANHO NUM LAGO  
ISOLADO... BEM, QUANDO VIRES OS MEUS "JEANS"  
NOVOS VAIS PERCEBER...

ATE' LA' MANTEM  
A CURIOSIDADE  
E PROCURA  
UM KID.

ACREDITA

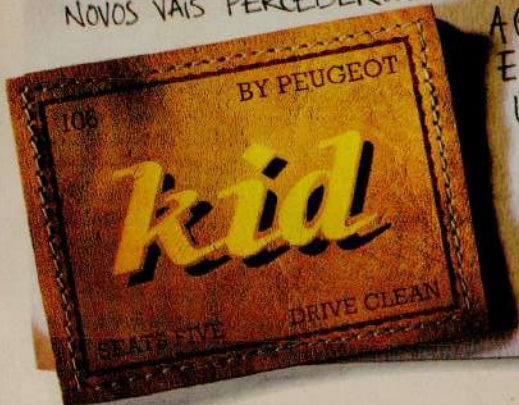


**PEUGEOT 106**  
O LEÃO MOSTRA A SUA RAÇA.  
**MOCAR**



PUBLICO MAGAZINE

QUE É COMO DIZEM  
"COM 106 KID VAIS LONGE ..."  
FROM THE WILD SIDE



106 Kid. 1612 cc, 50 CV, Caixa de 5 velocidades. Vidros fumados. Estofos em grã. Limpas para brisas traseiras. Crédito Peugeot • Tax. desde 112.242,86 € (na prestação normal desde 21.285,91 A.T.O. • Em. desde 367,97 € (na prestação normal desde 34.558,00)